



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2026**

**HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE A ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA E A DO  
EDITAL, PREVALECERÁ A DO EDITAL.**

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 4215 de 01 de fevereiro de 2024, Decreto Municipal nº 4221 de 04 de março de 2024 e, demais condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

## **OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUÇÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS**

## **VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO**

**R\$ R\$ 222.074,29 (Duzentos e vinte e dois mil, setenta e quatro reais e vinte e nove centavos)**

## **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 21/07/2026, às 9h:00m (horário de Brasília)**

## **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor Preço Por Item

## **REGIME DE EXECUÇÃO**

Imediata

## **MODO DE DISPUTA**

Aberto

## **PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

## 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

### 1.1. DO PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS**, CNPJ: 45.786.159/0001-11, por intermédio da Senhora Prefeita **Nelita Cristina Michel Franceschini**, RG nº 23.191.971-2 e CPF nº 139.342.698-00, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a **Rua Antônio Joaquim Fagundes, nº 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP: 13.495-047**, a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO** e do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto terá execução de forma **IMEDIATA**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Brasileira de Mercadorias” – BMNET, no endereço <https://novobbmnet.com.br/>, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUÇÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS** que será regida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decretos Municipais nº 4215 de 01 de fevereiro de 2024, nº 4221 de 04 março de 2024, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

### 1.2. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

1.2.1. Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

1.2.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, podendo também ser encaminhada por e-mail: [licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br](mailto:licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br) / [compras02@iracemapolis.sp.gov.br](mailto:compras02@iracemapolis.sp.gov.br).

1.2.3. Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

1.2.4. As impugnações serão decididas pela autoridade competente e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, bem como sua divulgação do sítio <https://www.iracemapolis.sp.gov.br/>.

## 2. DO OBJETO

### 2.1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUÇÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência**, anexo neste edital.

### 2.2. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O EDITAL

**ANEXO I** – Termo de Referência;

**ANEXO II** – Minuta do Contrato;

**ANEXO III** – Modelo de Proposta Comercial;



**ANEXO IV** – Modelo de Declaração da Empresa;

**ANEXO V** – Modelo de Declaração de Conhecimento e Atendimento às Condições do Edital;

**ANEXO VI** – Modelo de Declaração de Responsabilidade;

**ANEXO VII** – Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

**ANEXO VIII** – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculo Familiar;

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seu anexo.

3.2. Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

3.2.1. estejam constituídos sob a forma de consórcio;

3.2.2. estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária ou de impedimento de licitar e de contratar com esta Administração nos termos do artigo 156, da Lei n.º 14.133/2021.

3.2.3. sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;<sup>1</sup>

3.2.4. isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;

3.2.5. sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

### 4. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.2. responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.3. abrir as propostas de preços;

4.1.4. analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.5. desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.6. conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

4.1.7. verificar a habilitação do proponente;

4.1.8. declarar o vencedor;

4.1.9. receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

4.1.10. elaborar a ata da sessão;

4.1.11. encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

---

<sup>1</sup>Para o caso de empresas em recuperação judicial: Ela deverá estar ciente de que, no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;

Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: Ela deverá estar ciente de que, no momento da assinatura da ata de registro de preços deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**SÚMULA Nº 50** - Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_\_

## 5. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET

5.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

5.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>.

5.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://novobbmnet.com.br/>.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO, PROPOSTAS E LANCES

6.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, por meio do sistema eletrônico no sítio <https://novobbmnet.com.br/>, opção "Login" opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”.

6.1.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até data e horário definidos, conforme indicação na primeira página deste edital.

6.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.

6.4. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

6.5. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal <https://novobbmnet.com.br/>, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.2. As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

7.2.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

7.2.1.1. Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

7.2.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO DO PRODUTO**.

7.3. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de Marca (uma única marca) e inserir Ficha Técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, **sendo vedada a identificação do**



### licitante por qualquer meio.

7.3.1. verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma BBMNET Licitações;

7.3.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

## **8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E LANCES**

8.1. A partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 6.1, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

8.2.2. Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço registrado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

8.3. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

8.4. **A fase de lances será no formato ABERTO: O tempo da etapa de lances será de 10 (dez) minutos e será encerrada por prorrogação automática.** O sistema informará **"Dou-lhe uma"** quando faltar 02m00s (dois minutos para o término da etapa de lances (sessão pública), **"Dou-lhe duas"** quando faltar 01m00s (um minuto) e **"Dou-lhe três – Fechado"** quando chegar no tempo programado para o encerramento. Na hipótese de haver um lance de preço menor que o menor lance de preço registrado no sistema, nos últimos 02m00s do período de duração da sessão pública, o sistema prorrogará automaticamente o tempo de fechamento em mais 02m00s a partir do momento do registro do último lance, reiniciando a contagem para o fechamento, a partir do "Dou-lhe uma" e, assim, sucessivamente.

8.4.1. O pregoeiro tem a ação de iniciar a fase de lances, depois todo processo é automático, conforme explanado acima.

8.4.2. Iniciada a fase de fechamento de lances, os licitantes são avisados via chat na sala de negociação, a linha do lote/item também indica essa fase (na coluna Situação) e, no caso de uma Prorrogação Automática, o ícone de "Dou-lhe uma", "Dou-lhe duas", é exibido;

8.5. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado deste Edital.

8.6. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

## **9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço por item**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra proposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

9.2. Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

9.3. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei nº 14.133/2021. O



Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no item 10 deste edital.

9.3.1. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

9.3.2. A inobservância aos prazos elencados ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro.

9.4. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.5. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

9.6. Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

9.7. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pelo Pregoeiro.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos relativos à habilitação dos licitantes, deverão ser encaminhados até a abertura da sessão pública (fim de recebimento das propostas), conforme previsto neste edital, contados da convocação do Pregoeiro, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma <https://novobbmnet.com.br/>.

10.2. Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 30 (trinta) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

10.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação do licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

10.4. Os originais ou cópias autenticadas, dos documentos enviados na forma constante do item 10.1, poderão ser relacionados e apresentados na Coordenadoria de Compras Públicas desta Prefeitura, localizada na Rua Antonio Joaquim Fagundes, nº 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP 13.495-047, das 09h às 15h30m, em **até 3 (três)** dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis ou poderão ser enviados por correio eletrônico para o endereço: [compras02@iracemapolis.sp.gov.br](mailto:compras02@iracemapolis.sp.gov.br).

10.4.1 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

10.5. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

10.6. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

### 10.6.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.6.1.1. Registro comercial, quando tratar-se de empresa individual;



10.6.1.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

10.6.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

10.6.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.6.1.5. O licitante poderá fazer-se representar neste certame desde que, no início da sessão pública, seu representante legal apresente cópia do contrato social ou estatuto da empresa, no qual lhe é outorgado amplo poder de decisão. Caso o representante legal da licitante delegue esta função para um terceiro, este deverá apresentar procuração pública ou particular, acompanhada de documento comprobatório dos poderes de quem a outorgou;

10.6.1.6. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa, firmada pelo responsável legal da empresa, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

### **10.6.2. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

10.6.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.6.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.2.3. Certidão de Regularidade de Débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.6.2.4. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do licitante;

10.6.2.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União integrada a Certidão de regularidade de débito para com a Seguridade Social (INSS);

10.6.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Os documentos referidos na regularidade fiscal, social e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

### **10.6.3. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

10.6.3.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

### **10.6.4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA**

10.6.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.6.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.6.4.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



10.6.4.3. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da LICITANTE fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprobatório(s) do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.

10.6.4.3.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.6.4.3.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **11. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS**

**11.1.** O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte, às microempresas e às cooperativas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e a Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

**11.1.1.** Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**11.1.1.1.** O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

**11.1.2.** Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006.

**11.1.2.1.** Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**11.1.2.2.** Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma do item 10.0 deste edital.

**11.1.3.** Caso ocorra a situação de empate descrita no item 11.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte, da microempresa ou da cooperativa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o item no prazo de cinco minutos.

**11.1.3.1.** Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 11.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

**11.1.3.2.** A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que apresentar o melhor lance, inferior ao menor lance ofertado na sessão de disputa, será considerada arrematante pelo pregoeiro, que encerrará a disputa do item na sala virtual.

**11.1.3.3.** O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

**11.1.4.** Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.



**11.1.4.1.** Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, observado o previsto no item 11.1.2.2.

**11.1.4.2.** No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, o pregoeiro o fará através do “chat de mensagens”.

**11.1.4.3.** A partir da convocação de que trata o item 11.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, poderá oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do “chat de mensagens”, dentro do prazo definido pelo pregoeiro, sob pena de preclusão de seu direito.

**11.1.5.** O julgamento da habilitação das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

**11.1.6.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

## 12. DOS RECURSOS E PRAZOS RECURSAIS

12.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema <https://novobbmnet.com.br/>.

12.2. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, <https://novobbmnet.com.br/> opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, poderá ser enviada por correio eletrônico para o endereço: [compras02@iracemapolis.sp.gov.br](mailto:compras02@iracemapolis.sp.gov.br), aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observando o prazo recursal de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata e prazo para apresentação de contrarrazões ao(s) recurso(s) pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

12.4. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.

12.4.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

12.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**13.1.** Caberá à Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.



**13.2.** A homologação é ato de competência da Autoridade que determinou a abertura do procedimento.

### **14. DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado **1 (uma) vez**, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.2. O Contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

14.3. Na hipótese de o convocado não assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.4. Durante a vigência do Contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por gestores e fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim.

14.4.1. A gestão do Contrato, será exercida por **Alessandro Corrêa Alves – Secretário de Obras, Serviços Públicos e Saneamento**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

14.4.2. A fiscalização administrativa do Contrato, fica a cargo do agente de fiscalização, **Eduardo Factor Sleman Engenheiro Civil**.

### **15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1 As despesas decorrentes da execução desta Licitação correrão por conta das dotações orçamentárias, elementos econômicos (conforme tabela abaixo), constantes do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2026.

810 – 06.05.17.122.8002.2.089.4.4.90.52.07.0000000

### **16. DA GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. Não será exigida garantia contratual para o objeto desta licitação.

### **17. DO REAJUSTE**

17.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^{\circ}) / I^{\circ}, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento

### **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

18.1. Compete à Contratante:

18.1.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

18.1.2. Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento dos produtos.

### **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1. Compete à Contratada:

19.1.1. Efetuar a entrega dos itens, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Anexo I deste edital.

19.1.2. Substituir, obrigatoriamente, o produto que não atender as exigências de qualidade para utilização.

19.1.3. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do objeto licitado.

### **20. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO PRODUTO**

20.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, emitido pelo Departamento de Compras e Licitações. A entrega deverá ocorrer junto ao Serviço de Água e Esgoto do Município de Iracemápolis, em local a ser indicado pela Administração.

20.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

20.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

20.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

20.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### **21. DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO**

21.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até **30 (trinta) dias consecutivos** contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento do(a) Sigla do Órgão. A contratante somente pagará a contratada pelos produtos que realmente forem pedidos e entregues.

21.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa Contratada deverá apresentar, no ato da entrega da nota fiscal, Certidão válida de comprovação do recolhimento de encargos e tributos (FGTS, INSS e



CNDT) correspondente ao mês de entrega, de acordo com o que preconizam o Art. 195, §3 da C.F; Art. 31 da Lei nº 8.212 de 24/07/91, Art. 2º da Lei nº 9.012 de 31/03/95 e Art. 120 da Lei nº 14.133 de 01/04/21.

21.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

21.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 20.1. reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

21.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

## **22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

22.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

22.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

22.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

22.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

22.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

22.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

22.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

22.1.3 não celebrar a ata/ contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço/ contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

22.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

22.1.5 fraudar a licitação

22.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

22.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

22.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

22.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

22.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

22.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

22.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.2.1 advertência;

22.2.2 multa;

22.2.3 impedimento de licitar e contratar e

22.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

22.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

22.3.2 as peculiaridades do caso concreto

22.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

22.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

22.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor licitado, recolhida no



prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

22.4.1 Para as infrações previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor licitado.

22.4.2 Para as infrações previstas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor licitado.

22.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa. 23.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 22.1.4, 22.1.5, 22.1.6, 22.1.7 e 22.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 22.1.1, 22.1.2 e 22.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

22.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço/ contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 22.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

22.10. Depois de celebrado a ata/ contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas nesta Clausula

22.11. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14,133, de 2021, o contratado que:

22.11.1. der causa à inexecução parcial da ata/ contrato;

22.11.2. der causa à inexecução parcial da ata/ contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.11.3. der causa à inexecução total da ata/ contrato;

22.11.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

22.11.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata/ contrato;

22.11.6. praticar ato fraudulento na execução da ata/ contrato;

22.11.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.11.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

22.11.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

22.12. Com fulcro na Lei n° 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos 1, 11, III e IV do art. 156.

22.12.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

### **SANÇÃO DE MULTA**

22.13. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução da ata/ contrato, na seguinte forma:

22.13.1. de 10 A 20 % (dez a vinte por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 29 (vinte e nove) dias;



22.13.2.1. O atraso superior a (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata/ contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

22.14. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

| Infração (Subitens) | Percentual da multa   |
|---------------------|---|
| 22.11.1.            | 10% (dez por cento) sobre o valor contratado                            |
| 22.11.2.            | De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado |
| 22.11.3.            |   |
| 22.11.4.            |   |
| 22.11.5.            |   |
| 22.11.6.            |   |
| 22.11.7.            |   |
| 22.11.8.            |   |
| 22.11.9.            |   |

22.14. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

22.15. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.16. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

22.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

### **SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

22.18. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.11.2, 22.11.3 e 22.11.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município da Iracemápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

| Infração (Subitens) | Pena                                      |
|---------------------|---|
| 22.11.2.            | Impedimento pelo período de até dois anos |
| 22.11.3.            | Impedimento pelo período de até três anos |
| 22.11.4.            | Impedimento pelo período de até um ano    |

### **SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

22.19. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 22.11.5, 22.11.6, 22.11.7 e 22.11.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

| Infração (Subitens) | Pena   |
|---------------------|--|
| 22.11.5.            | Declaração de inidoneidade de até cinco anos |
| 22.11.6.            | Declaração de inidoneidade de até seis anos  |
| 22.11.7.            |  |
| 22.11.8.            |  |



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

22.20. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 22.19 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 22.11.2, 22.11.3 e 22.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

22.21. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei nº 14.133, de 2021

## **23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

23.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelos agentes designados para a execução.

23.3. Quando das sessões conduzidas na forma eletrônica, o sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

23.4. O resultado desta licitação e os demais atos pertinentes, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município de Iracemápolis <https://www.iracemapolis.sp.gov.br/>.

23.5. A participação de único licitante, por si só, não impede a continuidade do certame ou impõe obrigatoriamente a revogação do procedimento licitatório, desde que, no momento oportuno e cumulativamente:

23.5.1. Após negociação obrigatória o preço que se revele vantajoso à Administração seja o corrente no mercado, necessário e razoavelmente inferior ao estimado na fase interna do procedimento licitatório, e, compatível com o mercado;

23.5.2. No caso de o único participante ter apresentado orçamento para compor o valor estimativo, na fase interna, sem prejuízo da observância do imposto no subitem 22.5.1., o preço da licitação não poderá ser superior àquele orçado pelo licitante vencedor para composição do valor estimado de referência à futura contratação, salvo se defasado;

23.5.3. Seja justificada a impossibilidade de repetição;

23.5.4. O edital não contenha cláusula(s) restritiva(s) à competitividade, salvo quando tecnicamente justificável, nos termos do Art. 40, Art. 41 e Art. 42 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

23.6. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo agente designado para condução do certame.

23.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da cidade de Limeira/SP.

23.8. Os documentos eletrônicos produzidos e/ou assinados com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.9. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta licitação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

23.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.iracemapolis.sp.gov.br](http://www.iracemapolis.sp.gov.br).

Iracemápolis/SP, 03 de junho de 2026

**Nelita Cristina Michel Franceschini**

Prefeita Municipal

15

Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237 - Centro, Iracemápolis/SP – CEP: 13.495-047

Telefones: (19) 3456-9200

[licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br](http://licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br) / [compras02@iracemapolis.sp.gov.br](mailto:compras02@iracemapolis.sp.gov.br)



### ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

A presente objeto refere-se a aquisição de quatro BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER captação represa Boa Vista) e 02 conjuntos de 60CV (Captação represa Municipal), com bocais de sucção horizontal e recalque vertical para cima centralizado para instalação nas estruturas do Serviço de Água e Esgoto do Município de Iracemápolis.



**Figura 01: Locais onde os objetos do edital serão aplicados.**

### 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de atender à demanda de volume de água bruta para operação/produção da nova E.T.A., cuja capacidade é de 120 L/s, uma vez que as bombas/modelos atualmente implantados para atender à E.T.A. I não possuem capacidade suficiente para suprir o volume necessário à operação da nova unidade (E.T.A. III). Portanto, a aquisição destes equipamentos é indispensável para operação da nova E.T.A e atender a demanda do município e mitigar os riscos de desabastecimento de água potável.

### 3. OBJETO DO FORNECIMENTO

A presente especificação refere-se ao fornecimento de bomba centrífuga BLOC de eixo horizontal monobloco, com bocais de sucção horizontal e recalque vertical para cima centralizado.



| Local  | Quantidade  | Potência | Vazão                | Altura Mano-métrica |
|--|-------------|----------|----------------------|---------------------|
| Bba. Booster Chegada Captação água bruta Represa Boa Vista | 02 Unidades | 25 CV    | 200m <sup>3</sup> /h | 20 MCA              |
| Bba.Chegada/reservatório Captação Represa Municipal        | 02 Unidades | 60CV     | 432m <sup>3</sup> /h | 23 MCA              |

#### 4. **GENERALIDADES**

A descrição dos componentes e a concepção hidromecânica dos conjuntos, a seguir enunciada, define as condições mínimas para o atendimento das especificações.

Quaisquer alterações na concepção, julgadas convenientes pelo fornecedor, deverão ser explicitamente acusadas na proposta técnica e justificadas suas vantagens em confronto com o exigido, estando a aceitação, sujeita à análise da PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS.

Nesta especificação, quando houver material indicado para determinado componente, deverá ser entendido como preferencial e de padrão mínimo de qualidade aceitável pela PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS. É obrigatório ao fabricante, indicar materiais de qualidade equivalente ou superior aos aqui indicados.

#### . **NORMAS**

A aplicação das Normas abaixo, deverá estar de acordo com as últimas revisões.

- . ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- . ASTM - American Society for Testing Materials;
- . AISI - American Iron Steel Institute;
- . ASME - American Society of Mechanical Engineers;
- . AWWA - American Water Works Association;
- . ISO - International Organization for Standardization;
- . DIN - Deutsche Industrie Normen;

Em caso de qualquer divergência entre as Normas citadas e aceitas pela PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS e a presente especificação, prevalecerá o disposto nesta especificação.

#### **CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS DA BOMBA**

##### 4.1 **MATERIAIS DOS COMPONENTES**

Os materiais a serem utilizados na fabricação das bombas são de única responsabilidade do fabricante e deverão ser detalhadamente descritos na proposta. Indicamos a seguir, uma lista dos materiais para as partes principais da bomba que servirá como referência do padrão de qualidade exigido pela PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS.

- . Carcaça/Tampa ..... F<sup>º</sup>F<sup>º</sup> ASTM A-48 Cl.30
- . Rotor ..... F<sup>º</sup>F<sup>º</sup> ASTM A-48 CL30
- . Eixo ..... SAE 1045
- . Suporte de Mancal ..... F<sup>º</sup>F<sup>º</sup> ASTM A-48 Cl.30
- . Selo mecânico..... CARVÃO / VITON
- . Bucha do eixo..... AISI 304
- . Anéis de desgaste..... F<sup>º</sup>F<sup>º</sup> ASTM A-48 CL30
- . Parafusos chumbadores..... Aço Inox – AISI 304



### **4.2 CARÇAÇA**

Deverá ser bipartida radialmente, construída da maneira que permita a retirada do conjunto girante para manutenção pela parte traseira ( Back-Pull\_out).

Deverá ser provida de roscas para adaptação de manômetros, respiros para escorva e de drenos.

O sentido de rotação deverá ser indicado através de uma seta fundida na carcaça ou gravada em placa de aço inoxidável.

### **4.3 ROTOR**

O rotor deverá ser fundido em uma única peça, ser centrífugo e balanceado estática e dinamicamente.

Deverá ser de fluxo axial, com entrada frontal e saída no sentido do raio.

### **4.4 ANÉIS DE DESGASTE**

Deverão ser previstos anéis de desgaste substituíveis no rotor e na carcaça da bomba.

### **4.6 SISTEMA DE VEDAÇÃO**

A vedação do eixo deverá ser por SELO MECÂNICO tipo 21.

### **4.7 BALANCEAMENTO**

O conjunto girante completo da bomba deverá ser dinamicamente balanceado com qualidade G 6,3 (mínimo), conforme Norma ISO 1940.

### **4.8 ACESSÓRIOS**

Deverão fazer parte do fornecimento, os seguintes acessórios:

- Base metálica (chassi), parafusos chumbadores, porcas de fixação.

### **4.9 PLACA DE IDENTIFICAÇÃO**

A bomba deverá ser provida de uma plaqueta de identificação, obrigatoriamente em aço inox, fixada em seu corpo, em local visível e de fácil acesso, contendo as seguintes informações mínimas:

- Nome do fabricante, modelo, nº de série, ano de fabricação, vazão em m<sup>3</sup>/h, Hm total em m.c.a., diâmetro do rotor em mm e rotação.

## **5. MOTOR ELÉTRICO**

### **5.1 NORMAS**

O motor elétrico deverá ser projetado e construído de acordo com as seguintes Normas:

- NBR 7094, NBR 6146, NBR 8441 (carcaça) e NBR 5432 (dimensões).

### **5.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS**

Os motores deverão ser de marca credenciada e possuírem atestado de garantia.

Deverão ser assíncronos, trifásicos e de indução tipo gaiola.

A isolamento deverá ser classe F em material não higroscópico elevação de temperatura 105K.

O fator de serviço deverá ser 1,15.

Deverá possuir resistência de aquecimento.

Grau de proteção : IPW-55.



A forma construtiva deverá ser B 34 D.

Mancais: tipo rolamentos, dimensionados para uma vida útil mínima de 25.000 horas de serviço.

A lubrificação deverá ser à graxa.

### **5.3 PLACA DE IDENTIFICAÇÃO**

O motor deverá ser provido de uma plaqueta de identificação, contendo no mínimo, as seguintes informações:

- Nome do fabricante, tipo do motor, nº e ano de fabricação, nº da carcaça, modelo, nº de fases, potência e tensão nominal, frequência, rotação, corrente nominal, rendimento, fator de potência e de serviço, elevação de temperatura, classe de isolamento, conjugado de partida, conjugado máximo, corrente do rotor bloqueado, rolamento dianteiro (lado acionamento) - nº e marca, rolamento traseiro - nº e marca.

## **6. INSPEÇÃO, TESTES E ENSAIOS TESTEMUNHADOS**

### **6.1 INFORMAÇÕES GERAIS**

Os equipamentos serão inspecionados pela PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS.

A inspeção dos equipamentos não isenta o fornecedor do total responsabilidade pelo fornecimento.

O fornecedor deverá permitir livre acesso do Inspetor em todas as dependências do local onde será realizada a Inspeção e a todas as informações relativas ao fornecimento, inclusive desenhos de fabricação, memoriais técnicos, etc.

A Inspeção deverá ser avisada com antecedência mínima de 5 dias úteis, da data marcada para a realização dos testes.

### **6.2 INSPEÇÃO VISUAL**

Uma inspeção cuidadosa deve ser realizada nos equipamentos, para assegurar que não haja qualquer defeito, falha ou omissão que venha comprometer a finalidade dos conjuntos, devendo ser dada especial atenção aos seguintes itens, entre outros:

- Acabamento de fundição;
- Eixo (facilidade de giro);
- Placas indicativas;
- Tipo de acoplamento.

### **6.3 VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE AFERIÇÃO DOS INSTRUMENTOS**

Antes da execução de cada teste solicitado nesta especificação, a proponente deverá obrigatoriamente apresentar à Inspeção, os certificados de aferição dos instrumentos e ou equipamentos que serão utilizados no teste a realizar.

A Inspeção deverá conferir se as datas das últimas aferições dos instrumentos e ou equipamentos estão dentro das respectivas periodicidades apresentadas na proposta técnica.

Caso a data da última aferição de algum instrumento e ou equipamento não esteja dentro da periodicidade apresentada, ou seja, fora da validade, o teste não será realizado até que seja providenciado um novo certificado de aferição.

### **6.4 TESTE HIDROSTÁTICO**



Cada bomba deverá ser submetida em fábrica a testes hidrostáticos por um período de 30 minutos, com pressão igual a 1,5 vezes a de SHUT-OFF ou 2,0 vezes a de trabalho, adotando-se a que for a mais elevada, mantendo-se a pressão interna durante o tempo necessário. Além disso, o teste deverá ser realizado sem a pintura de fundo.

### **6.5 TESTE DE PERFORMANCE**

Cada conjunto moto-bomba deverá ser testado conforme Norma do Hidraulic Institute ou Norma DIN 1944 Cl.II, com o levantamento de pelo menos 6 pontos, sendo um deles o ponto de trabalho, o outro o de SHUT-OFF e os demais, 2 abaixo e 2 acima do ponto de serviço.

### **6.6 TESTE DE NPSH**

Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser testados em fábrica na rotação nominal em seu parâmetro característico de cativação.

Deverão ser 3 (três) os pontos escolhidos para ensaio, sendo um o ponto de trabalho e os outros 2 (dois), um antes e outro após o ponto de operação.

A curva de teste deve ser a 0%, sendo que para o ponto de operação, também deverá ser verificado o NPSH a 3%.

O teste de NPSH somente deverá ser realizado quando solicitado nas Disposições Técnicas Específicas.

### **6.7 INSPEÇÃO FINAL**

Os conjuntos deverão ser submetidos a uma inspeção final de conferência de medidas (dimensional) e de acabamento, incluindo os acessórios tais como: reduções, manômetros, parafusos chumbadores, protetor da luva elástica, etc.

Deverá fazer parte da inspeção final, verificar se os manuais de instalação, operação e manutenção seguirão juntamente com os conjuntos.

O fornecedor deverá apresentar e entregar à Inspeção, os certificados referentes aos ensaios de rotina do motor, fornecidos pelo fabricante do mesmo.

### **6.8 OBSERVAÇÕES SOBRE OS TESTES**

Nos testes deverão ser levantados os dados necessários que permitam a elaboração das seguintes curvas: Q x Hm, rendimento da bomba, potência consumida e NPSH requerido a 0% (este quando solicitado).

As curvas deverão ser elaboradas pela firma fornecedora do objeto da licitação e conferidas pela Inspeção, devendo uma cópia de cada ser encaminhada à Unidade requisitante.

Se durante os testes, qualquer unidade não atender aos requisitos especificados e propostos, o fabricante deverá efetuar as alterações necessárias e repetir os testes até que o equipamento apresente funcionamento de acordo com as Normas e com o solicitado, sendo que não haverá qualquer ônus adicional à PREFEITURA DE IRACEMAPOLIS.

O preço dos testes deverá ser cotado em separado ao do fornecimento.

## **7. PINTURA**

Padrão fabricante;

## **8. EMBALAGEM**



Os equipamentos deverão ser fornecidos completamente montados, sendo que suas partes internas e externas sujeitas à oxidação, devem ser protegidas por óleo anticorrosivo atóxico, flanges cegos devem fechar completamente os bocais de sucção e recalque, além de tampões ou plugs nas conexões. Os equipamentos deverão ser embalados em engradados de madeira, protegidos contra impactos.

### **9. TRANSPORTE**

Os equipamentos e implementos deverão ser devidamente embalados e transportados horizontalmente, devendo ser entregues conforme estipulado no Edital ou no Pedido de Compra, sendo o custo do transporte responsabilidade da CONTRATADA.

### **10. GARANTIA**

A proponente deverá apresentar uma Garantia para os equipamentos ofertados, abrangendo um período mínimo de 12 meses a partir da data de entrada em funcionamento dos aparelhos ou de 18 meses a partir da entrega dos aparelhos.

Posteriormente a empresa vencedora da licitação deverá providenciar o envio do Termo de Garantia acompanhando cada equipamento fornecido.

### **11. INFORMAÇÕES TÉCNICAS A SEREM FORNECIDAS**

Cada proponente deverá apresentar na proposta técnica, as seguintes curvas características e informações:

- a) Curva: vazão (Q) x altura manométrica (Hm);
- b) Curva do rendimento da bomba em função de Q e Hm;
- c) Curva da potência consumida pela bomba;
- d) Curva do NPSH requerido;
- e) Curva do conjugado do motor x curva de carga da bomba (torque de partida);
- f) Diâmetro dos rotores da bomba (máximo, mínimo e projetado);
- g) Vazões mínima e máxima para a curva do rotor projetado;
- h) Rendimento da bomba, do motor e do conjunto no ponto de trabalho especificado;
- i) Folha de dados do motor contendo todas as informações necessárias à análise técnica;
- j) Lista de materiais empregados na construção dos principais componentes da bomba;
- l) Dimensões e peso de cada conjunto;
- m) Cronograma de fabricação, indicando todas as fases de fornecimento, incluindo inspeções e testes;
- n) Lista de divergências com esta especificação, ressaltando os pontos em desacordo com o solicitado, com a declaração explícita da total conformidade dos demais itens em relação à esta especificação;



o) Catálogos e desenhos que auxiliem o perfeito entendimento dos equipamentos.

### **12. DOCUMENTOS TÉCNICOS**

Os documentos abaixo relacionados, deverão ser fornecidos no momento da entrega dos itens:

a) Relação de materiais da bomba e desenhos do conjunto completo, com os cortes necessários à indicação de detalhes construtivos e indicação de suas peças componentes;

b) Certificados de qualidade dos materiais empregados na construção da bomba.

c) Relatórios dos testes de performances e respectivas curvas, além dos certificados dos testes e ensaios, inclusive o de rotina do motor;

d) Manual de operação e manutenção.

### **13. PRAZO DE RECEBIMENTO**

O prazo de entrega dos equipamentos será de até 30 dias corridos, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou assinatura do contrato.

A entrega deverá ocorrer junto ao Serviço de Água e Esgoto do Município de Iracemápolis, em local a ser indicado pela Administração.

### **14. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação encontra fundamento no Estudo Técnico Preliminar elaborado pelo setor requisitante, o qual demonstrou a necessidade de ampliação da capacidade de bombeamento de água bruta para atendimento da nova Estação de Tratamento de Água – E.T.A. III, cuja operação demanda vazão superior à atualmente suportada pelos equipamentos existentes.

O estudo concluiu pela viabilidade técnica e econômica da aquisição de novos conjuntos moto-bomba, considerando os benefícios operacionais, a continuidade do abastecimento público, a mitigação de riscos de desabastecimento e a melhoria da eficiência operacional do sistema de captação e recalque do município.

### **15. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Além das especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, constituem requisitos da contratação:

I – Fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior;

II – Atendimento integral às normas técnicas aplicáveis;

III – Apresentação de catálogos, curvas hidráulicas e documentação técnica exigida;

IV – Garantia mínima conforme item 11 deste Termo de Referência;

V – Realização dos testes e ensaios especificados;

VI – Fornecimento de manuais de operação e manutenção;



VII – Responsabilidade da contratada pelo transporte, descarregamento e entrega dos equipamentos;

VIII – substituição, sem ônus para a Administração, de equipamentos que apresentem defeitos, vícios ou incompatibilidade com as especificações;

IX – Assistência técnica durante o período de garantia.

### **16. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento integral dos equipamentos, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada deverá:

a) fabricar e/ou fornecer os equipamentos conforme especificações técnicas exigidas;

b) realizar os testes e ensaios previstos;

c) encaminhar previamente a documentação técnica exigida;

d) entregar os equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento;

e) responsabilizar-se por todos os custos de transporte, embalagem, seguros, tributos e encargos incidentes.

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento Provisório: mediante conferência quantitativa e inspeção inicial dos equipamentos;

II – Recebimento Definitivo: após verificação da conformidade técnica, testes necessários e aprovação pela fiscalização.

### **17. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Compete à fiscalização:

I – Acompanhar a execução do fornecimento;

II – Verificar o cumprimento das especificações técnicas;

III – Atestar notas fiscais;

IV – Registrar ocorrências e determinar correções;

V – Rejeitar equipamentos em desacordo com o Termo de Referência;

VI – Solicitar substituições quando constatadas irregularidades.

A gestão do presente contrato, será exercida por **Alessandro Corrêa Alves** – Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Saneamento, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização administrativa do contrato, fica a cargo do agente de fiscalização, **Eduardo Factor Sleman** Engenheiro Civil.



A contratada deverá indicar um responsável durante toda a execução contratual para atendimento das demandas da Administração.

### **18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

O pagamento será realizado após a entrega dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

A medição ocorrerá por unidade efetivamente entregue e aceita pela Administração.

O pagamento estará condicionado:

- I – Ao recebimento definitivo dos equipamentos;
- II – À comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- III – À apresentação da documentação técnica exigida.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal.

### **19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado mediante realização de procedimento licitatório, na modalidade prego eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item.

A habilitação técnica deverá exigir:

- I – Comprovação de aptidão para fornecimento de equipamentos compatíveis com o objeto;
- II – Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica;
- III – Apresentação de catálogos técnicos e curvas de desempenho;
- IV – Comprovação de assistência técnica e garantia.

### **20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa originada por esta licitação será suportada pela dotação orçamentária:

810 – 06.05.17.122.8002.2.089.4.4.90.52.07.0000000

Constantes do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2026

### **21. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

O Valor Estimado Total da Contratação é de R\$ 222.074,29 (Duzentos e vinte e dois mil, setenta e quatro reais e vinte e nove centavos), distribuído da seguinte forma:

| Local        | Quantidade  | Estimado Unitário     | Estimado Total |
|--------------|-------------|-----------------------|----------------|
| Bomba 25 CV  | 02 Unidades | R\$ 71.606,48         | R\$ 143.212,96 |
| Bomba 60CV   | 02 Unidades | R\$ 39.430,67         | R\$ 78.861,33  |
| <b>TOTAL</b> |             | <b>R\$ 222.074,29</b> |                |



## DISPOSIÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS

### Item 1 – 2 unidades Bomba 60CV

#### 1. CONJUNTO MOTO-BOMBA DE EIXO HORIZONTAL

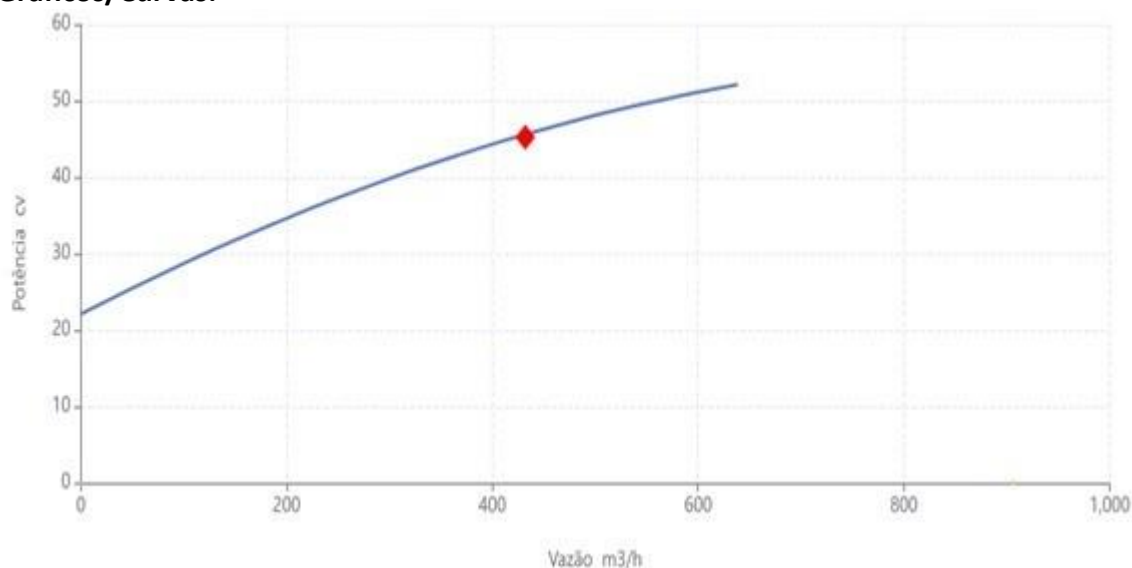
##### 1.1 BOMBA

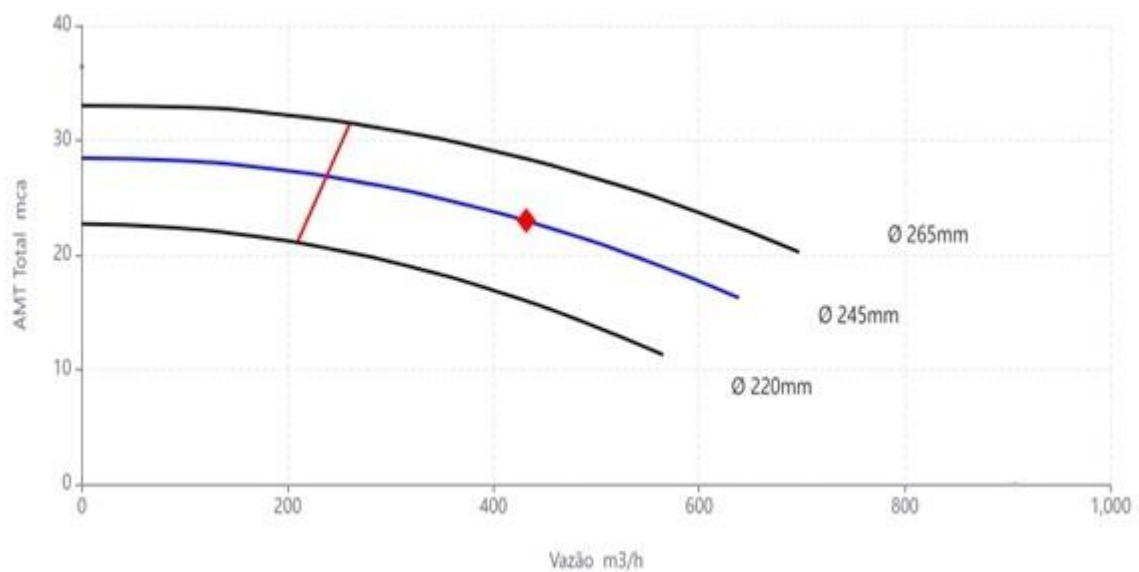
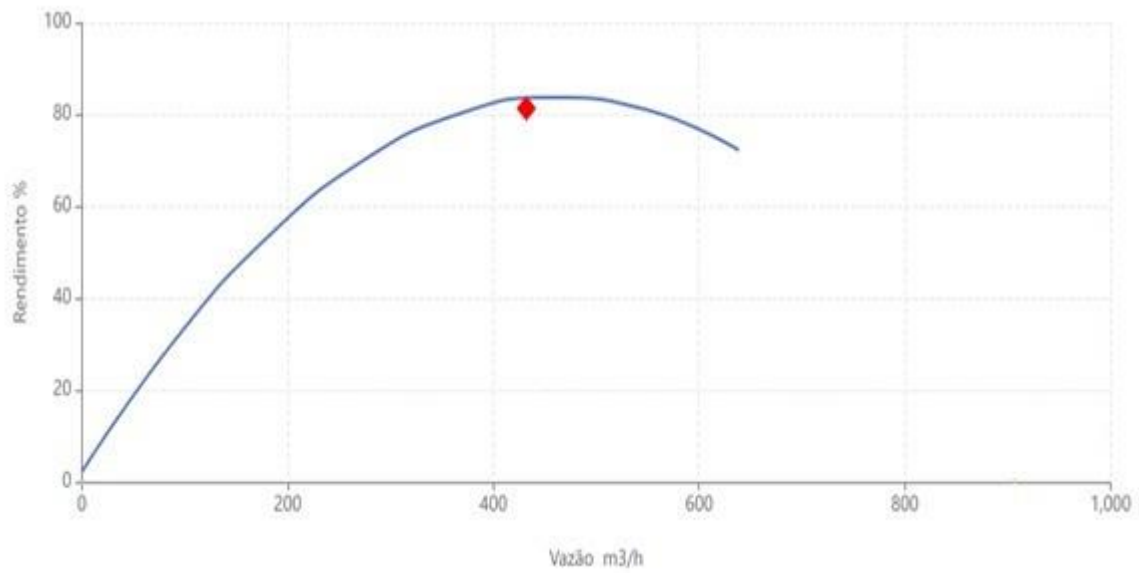
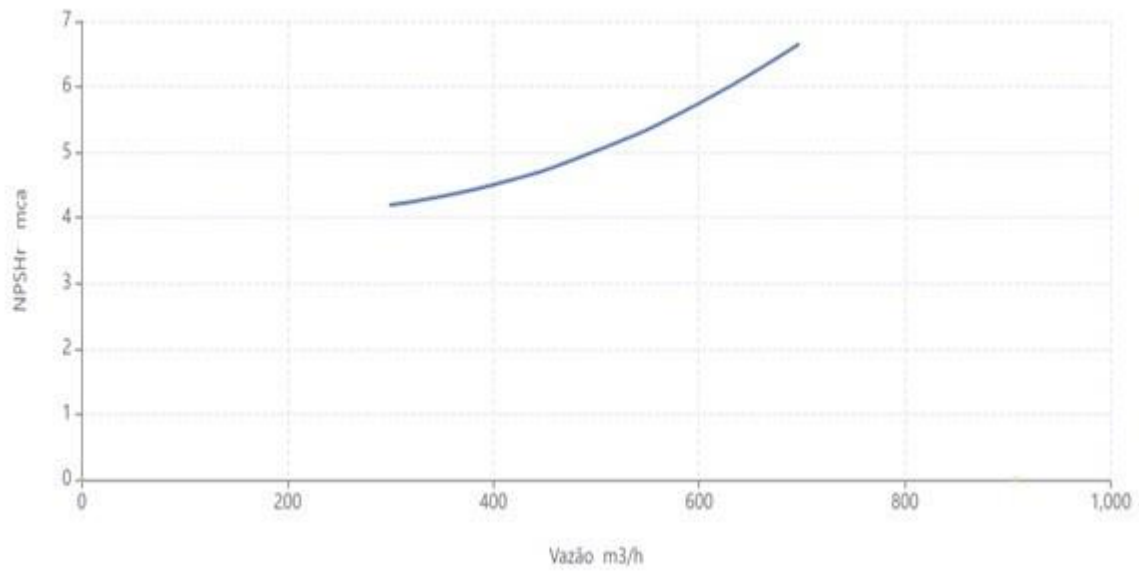
- . Regime de operação: contínuo e pesado
- . Tipo de instalação: abrigada
- . Ponto de Trabalho operando com 1 bomba:
- . Vazão de garantia : 432 m<sup>3</sup>/h
- . Altura manométrica total: 23 m.c.a.
- . Rotação síncrona: 1750 rpm
- . Rendimento mínimo: 82 %
- . Bocal de sucção do equipamento – 200mm
- . Bocal de recalque do equipamento – 150 mm
- . a bomba não deve ser fornecida com o rotor de Ø máximo

##### 1.2 MOTOR ELÉTRICO

- . Enrolamento: 220/380/440 V
- . Frequência: 60 Hz
- . Rotação: 1750 rpm
- . Potência máxima: 60 cv

#### Gráficos/Curvas:







### **3. OBSERVAÇÕES**

1 - O motor deverá ser apto para partida:

( ) direta ( ) por chave compensadora

( ) por chave estrela-triângulo ( ) soft-start (X) inversor de frequência

2 - Realização do teste de NPSH (X) Sim ( ) Não

### **Item 2 – 2 unidades Bomba 25CV**

#### **1. CONJUNTO MOTO-BOMBA DE EIXO HORIZONTAL**

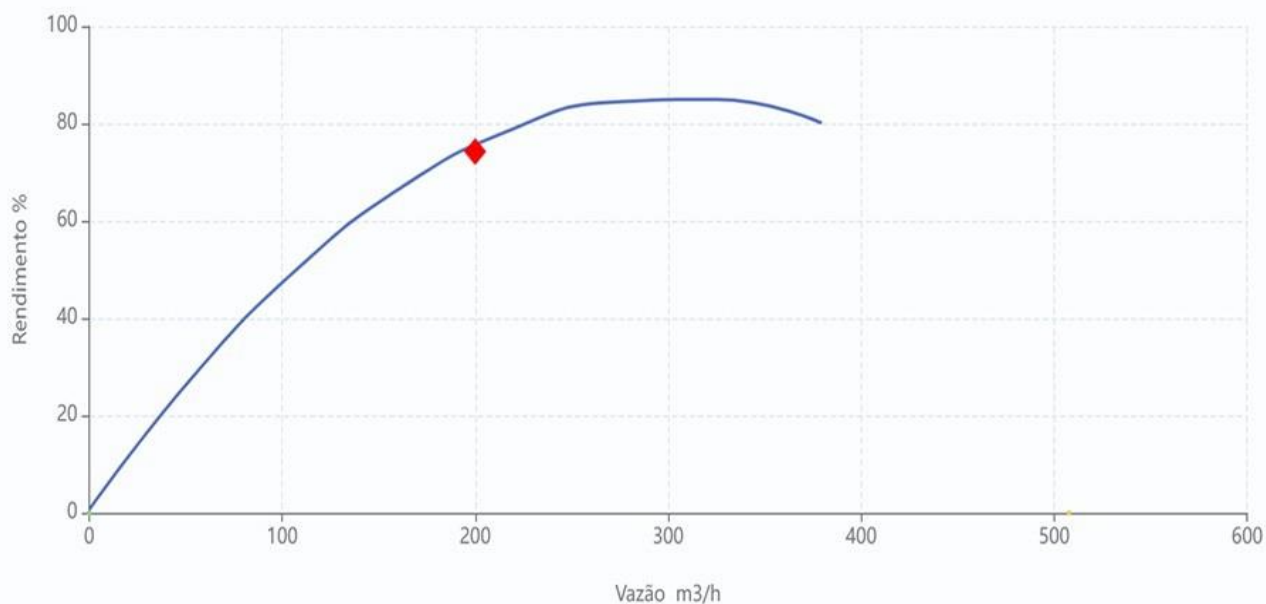
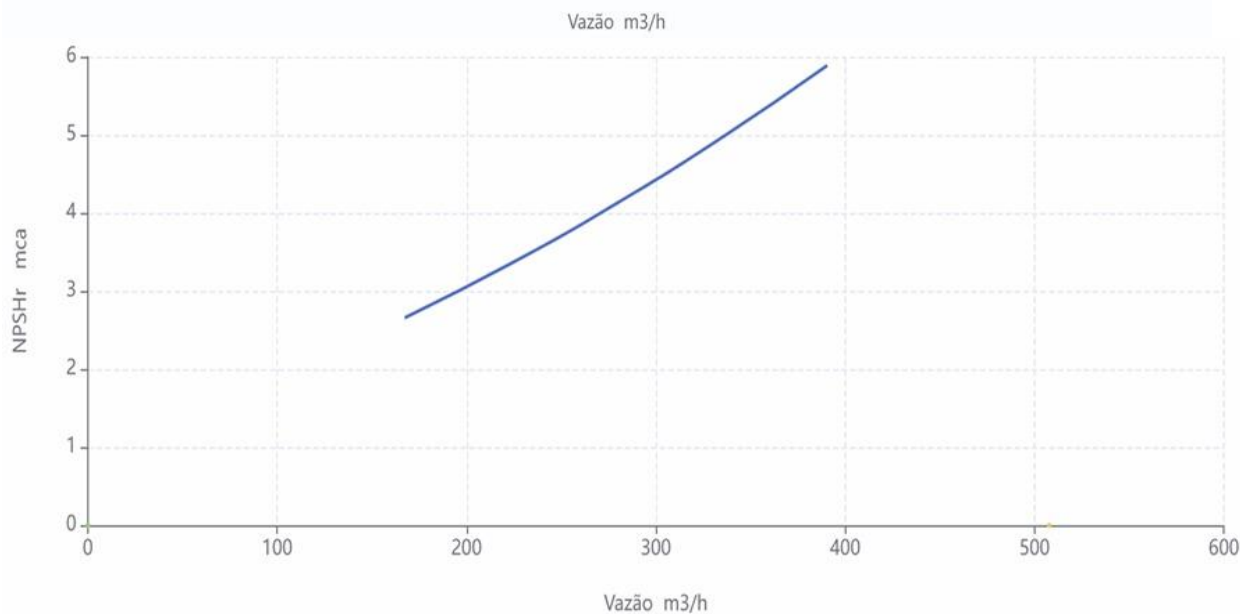
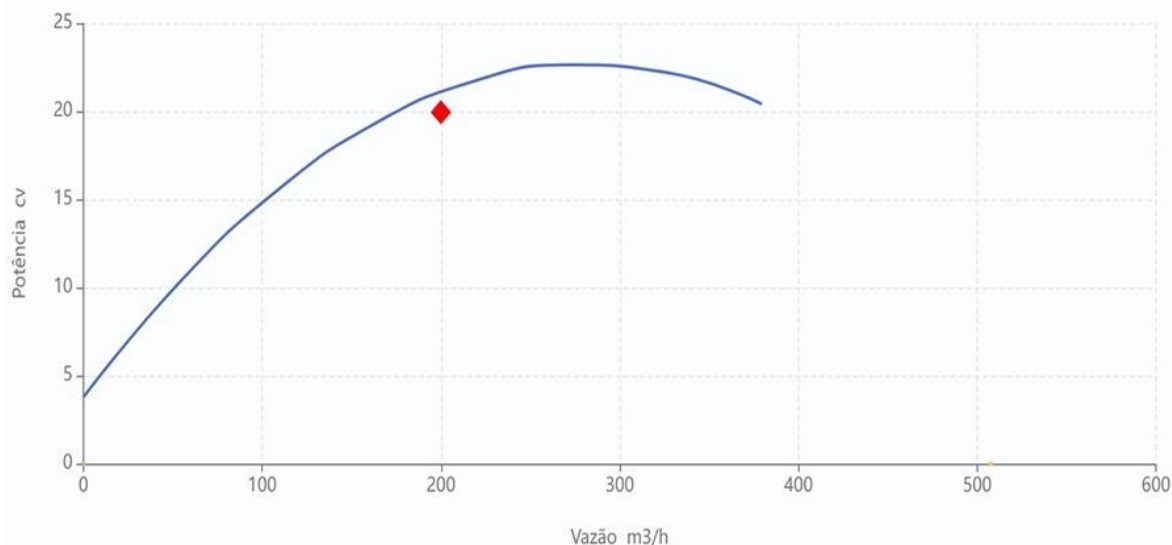
##### **1.1 BOMBA**

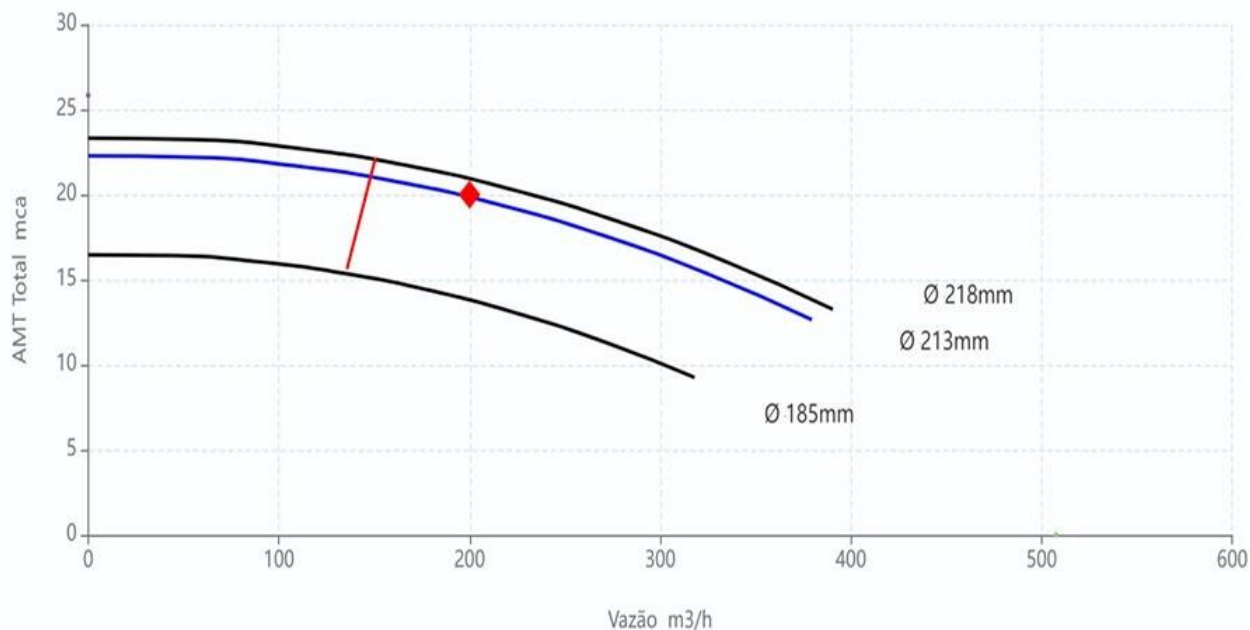
- . Regime de operação: contínuo e pesado
- . Tipo de instalação: abrigada
- . Ponto de Trabalho operando com 1 bomba:
- . Vazão de garantia : 200 m<sup>3</sup>/h
- . Altura manométrica total: 20 m.c.a.
- . Rotação síncrona: 1750 rpm
- . Rendimento mínimo: 75 %
- . Bocal de sucção do equipamento – 150 mm
- . Bocal de recalque do equipamento – 125 mm
- . a bomba não deve ser fornecida com o rotor de Ø máximo

##### **1.2 MOTOR ELÉTRICO**

- . Enrolamento: 220/380/440 V
- . Frequência: 60 Hz
- . Rotação: 1750 rpm
- . Potência máxima: 25 cv

#### **Gráficos/Curvas:**





### 3. OBSERVAÇÕES

1 - O motor deverá ser apto para partida:

- ( ) direta      ( ) por chave compensadora  
( ) por chave estrela-triângulo      (X) soft-start      (X) inversor de frequência

2 - Realização do teste de NPSH      (X) Sim      ( ) Não

Iracemápolis, 25 de maio de 2026.

---

**William Ricardo Mantz**  
Coordenadoria de Água e Esgoto



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO II MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS E A EMPRESA xxxxxx VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUCCÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS**

**DATA:** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

**PRAZO DE ENTREGA:** Até 30 (trinta) dias.

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 21/2026

**CONTRATO:** xxx/2026.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 183/2026.

### Cláusula 1ª - DAS PARTES

1.O Município de Iracemápolis, inscrito com CNPJ 45.786.159/0001-11, com Paço Municipal à Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237, Centro, Iracemápolis/SP, CEP: 13.495-047, Telefone (19) 3456-9226, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Nelita Cristina Michel Franceschini, brasileira, casada, portadora do CPF 139.342.698-00 e do RG 23.191.971-2, adiante designado simplesmente MUNICÍPIO, e;

1.1. A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ \_\_\_\_\_, com sede à Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Telefone ( ) \_\_\_\_\_, adiante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal \_\_\_\_\_, nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_ e RG \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua/Avenida \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, ajustam o seguinte:

### Cláusula 2ª - DO OBJETO

2.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUCCÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS.**

### Cláusula 3ª - DO PREÇO DOS SERVIÇOS

3.1. Pela aquisição dos referidos na cláusula 2ª, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA as seguintes importâncias, na qual se incluem, além do lucro, as despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com o objeto deste contrato:

| Item                | Quantidade  | Valor Unitário | Valor Total |
|---------------------|-------------|----------------|-------------|
| Bomba 25 CV         | 01 Unidades | R\$            | R\$         |
| Bomba 60CV          | 02 Unidades | R\$            | R\$         |
| <b>COTA RESERVA</b> |             |                |             |
| Bomba 25 CV         | 01 Unidades | R\$            | R\$         |
| <b>TOTAL</b>        |             | <b>R\$</b>     |             |



### **CLÁUSULA 4ª - DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. A despesa orçamentária da execução deste contrato para este exercício de correrá conforme as informações a seguir:

810 – 06.05.17.122.8002.2.089.4.4.90.52.07.00000000

4.1.1. Valor: R\$ [valor] ([valor por extenso]);

### **CLÁUSULA 5ª - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO**

5.1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a Ordem de Serviço/Nota de Empenho, podendo ser prorrogado desde haja justificativa fundamentada por escrito da empresa CONTRATADA.

### **CLÁUSULA 6ª - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA 7ª - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

7.1. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

7.2. A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

7.2.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

7.3. A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

7.3.1. O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

7.4. A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

7.4.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

7.5. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

7.6. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

7.6.1. A CONTRATANTE se certificará de que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.



7.7. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

7.8. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

7.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

7.10. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

### **CLÁUSULA 8ª - DOS ENCARGOS DAS PARTES**

8.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico, deve:

8.2.1. Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

8.2.2. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

8.2.3. Cumprir, durante a vigência do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; e apresentar os respectivos comprovantes do cumprimento dessas exigências sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

8.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ainda que haja fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

8.2.6. Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;

8.2.7. Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS).

8.2.7.1. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.

8.3. A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

8.3.1. Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) vigentes ou que entrem em vigor na vigência deste contrato;

8.3.2. Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais;

8.3.3. Prestar informações à CONTRATANTE para que esta proveja às respostas ao titular de dados, nos termos da LGPD;



8.3.4. Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;

8.3.5. Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste contrato;

8.3.6. Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos;

8.3.7. Possibilitar e garantir à CONTRATANTE o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais;

8.3.8. Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pela CONTRATANTE para execução do contrato;

8.3.9. Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato;

8.3.10. Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

8.3.11. Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais, com exceção, se for o caso, da subcontratação previamente autorizada pela CONTRATANTE.

8.4. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

8.4.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

8.4.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

8.4.3. A contratação de dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.

8.5. A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Presencial citado na Cláusula Primeira, deve:

8.5.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato, no prazo definido no termo de referência, prorrogável por igual período;

8.5.2. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

8.5.3. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

### **CLÁUSULA 9ª - DA AVALIAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

9.1. A verificação técnica e o aceite definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a entrega.

9.2. O aceite definitivo será efetuado pelo Gestor do Contrato, que elaborará relatório para fins de liberação do pagamento das Notas Fiscais/Faturas.

9.3. No ato de entrega do objeto, a CONTRATADA deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.



### **CLÁUSULA 10ª - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por gestores e fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim.

A gestão do contrato será feita por **Alessandro Correa Alves** Cabendo ao Gestor do Contrato o controle do saldo do contrato, pedidos e supervisão do cumprimento do contrato.

A fiscalização do contrato fica a cargo do agente de fiscalização **Eduardo Factor Sleman**

10.1.1. A atestação de conformidade do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização deste contrato.

### **CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

### **CLÁUSULA 12ª - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

12. A extinção deste contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

### **CLÁUSULA 13ª - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico 21/2026, bem como à proposta da CONTRATADA.

13.2. Os casos omissos serão decididos pelo Chefe Do Poder Executivo, conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### **CLÁUSULA 14ª - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias corridos após o aceite definitivo e da apresentação do documento fiscal correspondente.

14.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

14.3. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

14.4. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.

14.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**14.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:**

**EM = I x N x VP Onde:**

**EM = Encargos moratórios devidos;**

**N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**



**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e**  
**VP = Valor da prestação em atraso.**

### **CLÁUSULA 15ª - DAS SANÇÕES**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 não celebrar a ata/ contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço/ contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 fraudar a licitação

15.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1 advertência;

15.2.2 multa;

15.2.3 impedimento de licitar e contratar e

15.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 as peculiaridades do caso concreto

15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para



licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço/ contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração.

15.10. Depois de celebrado a ata/ contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas nesta Clausula

15.11. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14,133, de 2021, o contratado que:

15.11.1. der causa à inexecução parcial da ata/ contrato;

15.11.2. der causa à inexecução parcial da ata/ contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.11.3. der causa à inexecução total da ata/ contrato;

15.11.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

15.11.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata/ contrato;

15.11.6. praticar ato fraudulento na execução da ata/ contrato;

15.11.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.11.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

15.11.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

15.12. Com fulcro na Lei n° 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos 1, 11, III e IV do art. 156.

15.12.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

### **SANÇÃO DE MULTA**

15.13. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução da ata/ contrato, na seguinte forma:

15.13.1. de 10 A 20 % (dez a vinte por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 29 (vinte e nove) dias;

15.13.2.1. O atraso superior a (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata/ contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

15.14. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo estabelecida em



razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

| Infração (Subitens)  | Percentual da multa   |
|--|---|
| 15.11.1.   | 10% (dez por cento) sobre o valor contratado                            |
| 15.11.2.<br>15.11.3.<br>15.11.4.<br>15.11.5.<br>15.11.6.<br>15.11.7.<br>15.11.8.<br>15.11.9. | De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado |

15.14. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

15.15. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.16. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

15.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

### **SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**

15.18. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.11.2, 15.11.3 e 15.11.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município da Iracemápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

| Infração (Subitens) | Pena                                      |
|---------------------|---|
| 15.11.2.            | Impedimento pelo período de até dois anos |
| 15.11.3.            | Impedimento pelo período de até três anos |
| 15.11.4.            | Impedimento pelo período de até um ano    |

### **SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR**

15.19. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.11.5, 15.11.6, 15.11.7 e 15.11.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

| Infração (Subitens)              | Pena   |
|----------------------------------|--|
| 15.11.5.                         | Declaração de inidoneidade de até cinco anos |
| 15.11.6.<br>15.11.7.<br>15.11.8. | Declaração de inidoneidade de até seis anos  |

15.20. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 15.19 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 15.11.2, 15.11.3 e 15.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

15.21. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei nº 14.133, de 2021

## CLÁUSULA 16ª - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Limeira, Estado de São Paulo definida na cláusula primeira deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Iracemápolis, xxx de xxde 2026

|   |            |
|---|------------|
| Nelita Cristina Michel Franceschini<br>Prefeita Municipal | Contratada |
|---|------------|

## Testemunhas:

|                           |                      |
|---------------------------|----------------------|
| Antônio Carlos Pizzinatto | Katia Alves Oliveira |
|---------------------------|----------------------|



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)

CONTRATANTE: Município de Iracemápolis CONTRATADO: .....

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): .....

OBJETO: .....

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar

nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

Damo-nos por NOTIFICADOS para:

O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Município de Iracemápolis, ..... de ..... de 2026



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

## Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: \_\_\_\_\_

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:

Pela contratada:

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Solicitação Nome: .....

Cargo: .....

CPF: .....

Assinatura:



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

## ANEXO III MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

A empresa....., inscrita no CNPJ nº ....., estabelecida na Rua/Avenida ....., telefone ( ) ....., e-mail institucional ....., Conta Bancária (banco, Agência e Conta Corrente) ....., propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Iracemápolis/SP, em estrito cumprimento ao previsto no edital do Pregão Eletrônico nº 21/2026, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE QUATRO BOMBAS CENTRIFUGA DE EIXO HORIZONTAL MONOBLOCO (02 CONJUNTOS DE 25CV (BOMBA BOOSTER CAPTAÇÃO REPRESA BOA VISTA) E 02 CONJUNTOS DE 60CV (CAPTAÇÃO REPRESA MUNICIPAL), COM BOCAIS DE SUÇÃO HORIZONTAL E RECALQUE VERTICAL PARA CIMA CENTRALIZADO PARA INSTALAÇÃO NAS ESTRUTURAS DO SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS.**, especialmente no que tange às Especificações do Objeto:

| Item         | Quantidade  | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|-------------|----------------|-------------|
| Bomba 25 CV  | 01 Unidades | R\$            | R\$         |
| Bomba 60CV   | 02 Unidades | R\$            | R\$         |
| <b>TOTAL</b> |             | <b>R\$</b>     |             |

### **COTA RESERVA**

| Item        | Quantidade  | Valor Unitário | Valor Total |
|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Bomba 25 CV | 01 Unidades | R\$            | R\$         |

### OBSERVAÇÕES:

- A proponente obriga-se a cumprir o prazo de execução previsto no edital.
- A proponente declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Prazo de Entrega dos itens: \_\_\_\_\_ (máximo 30 dias corridos)**
- Das Condições de Pagamento:** conforme estabelecido no item 21.1. do Edital.
- A validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.
- Declaramos que estamos de acordo com todas as condições estipuladas deste Pregão Eletrônico e seus anexos, nos responsabilizamos pelo cumprimento da proposta que nos for adjudicada.

Nome do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

E-mail:

\_\_\_\_\_  
(Nome da empresa + Carimbo)  
(Nome e Cargo do responsável legal da licitante)



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**  
**TIMBRE DA EMPRESA**

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

**DECLARAÇÃO**

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, para os fins de habilitação, na Licitação Pregão Eletrônico nº 21/2026– Processo nº 183/2026, instaurada pela Prefeitura Municipal de Iracemápolis que a empresa:

1. Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de Setembro de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;
2. Não está impedida de contratar com a Administração Pública;
3. Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
4. Não incorre nas demais condições impeditivas da lei nº 14.133/2021;
5. Que inexistem fatos impeditivos a sua habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do Responsável  
CPF do Responsável



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL**

**TIMBRE DA EMPRESA**

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

DECLARAMOS, para todos os fins de direito, que conhecemos o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico nº 21/2026– Processo nº 183/2026e seu(s) ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de habilitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do Responsável  
CPF do Responsável



### ANEXO VI

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

##### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

Ao (a) Pregoeiro do Município

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2026– Processo nº 183/2026 instaurado pela Prefeitura Municipal de Iracemápolis, que:

- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao(a) Pregoeiro, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações de legislação correspondente, publicada durante a vigência do Contrato;
- Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei n.º 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao Edital e Anexos do **Pregão Eletrônico nº 34/2025 – Processo nº 329/2025**, realizado pela Prefeitura de Iracemápolis/SP.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do Responsável  
CPF do Responsável



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

#### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

MICROEMPRESA

EMPRESA DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Endereço \_\_\_\_\_

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar. Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Sou optante do Sistema Simples Nacional?  SIM  NÃO

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do Responsável  
CPF do Responsável



# Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas

Processo nº 183/2026

Fls. \_\_\_\_\_ / Rub. \_\_\_\_

## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO FAMILIAR

(papel timbrado da empresa)

#### TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

(nome empresarial da licitante) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para fins do presente processo licitatório, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa na Prefeitura Municipal de Iracemápolis que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico nº 34/2025.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa + Carimbo  
Nome do responsável legal da empresa  
RG do Responsável  
CPF do Responsável